



Índice

- 01** [Liminar suspende licença ambiental de complexo turístico em Itapipoca](#)
- 02** [Funai realiza atividade de educação ambiental para proteção de índios isolados](#)
- 03** [Pesquisa de ex-aluna do IEEMAR se transforma em livro que resgata história dos índios Kaingang no RS](#)
- 04** [A luta dos Mundurukus contra a invisibilidade](#)
- 05** [Liminar suspende licença ambiental de complexo turístico em terras indígenas](#)
- 06** [Polícia pede prisão de suspeito de matar líder indígena com 35 facadas](#)
- 07** [Documentário sobre conflitos socioambientais em comunidades pesqueiras será lançado em Brasília](#)
- 08** [Projeto indígena de Mato Grosso será apoiado pela Petrobras](#)
- 09** [Audiência em Altamira expõe dramas do deslocamento compulsório de Belo Monte](#)
- 10** [Secretário confere a preparação para os Jogos Mundiais Indígenas](#)
- 11** [Itaipu instalará painéis solares em comunidade indígena do Paraguai](#)
- 12** [Câmara adia votação de projeto sobre recursos genéticos e conhecimentos tradicionais](#)
- 13** [Escola do Legislativo premia alunos vencedores no concurso de redação indígena](#)
- 14** [Presidente da Funai, Flávio Chiarelli, participa de discussão sobre patrimônio genético](#)



-
- 15** I Festival Nacional Curta Pensar prestigia produção indígena
 - 16** Jogos Indígenas Pataxó começam oficialmente nesta quinta em Porto Seguro
 - 17** Documentário sobre conflitos em comunidades pesqueiras será lançado em Brasília
 - 18** Povos tradicionais relatam casos de violência e injustiças sociais que ocorrem no sul e extremo sul da Bahia
 - 19** Delegado nega "briga por terra" e representa contra marido de indígena morta a facadas
 - 20** Tapajós: a luta pelo rio da vida
 - 21** Cultura indígena em evidência no norte do Paraná; assista
 - 22** Governo do Estado lança oficialmente Semana da Consciência Negra
 - 23** DPU participa da Mesa de Controvérsias sobre Terra e Território
 - 24** STF DETONA FALÁCIA DA "POSSE IMEMORIAL"
 - 25** Lideranças indígenas organizam passeata pela paz nas aldeias
 - 26** Problemas com bebidas motivam Audiência Pública em aldeia indígena
 - 27** Em passeata de 10 km, índios protestam contra violência e cobram autoridades
 - 28** Justiça Federal suspende licenciamento da Usina
 - 29** Cinco comunidades quilombolas mineiras aprovam território para regularização fundiária



Liminar suspende licença ambiental de complexo turístico em Itapipoca

SÍTIO O POVO ON LINE, 13.11.2014

A área prevista para a construção do empreendimento, de origem espanhola, tem posse reivindicada por índios Tremembé. Polêmica se estende desde 2004

O complexo turístico Nova Atlântida Cidade Turística Residencial e de Serviços, localizado na Praia da Baleia, em Itapipoca, teve sua licença ambiental suspensa após liminar obtida pelo Ministério Público Federal (MPF) junto à Justiça Federal. A liminar foi concedida nesta quarta-feira, 12, pela juíza federal Elise Avesque Frota, da 27ª Vara da Justiça Federal. "A decisão está valendo até o julgamento definitivo da ação, mas o grupo pode recorrer", explica o procurador da República Ricardo Magalhães de Mendonça.

A área prevista para a construção do empreendimento tem posse reivindicada por índios Tremembé. O MPF destaca que esse direito foi reconhecido em agosto deste ano pela Fundação Nacional do Índio (Funai). De acordo com a liminar, "a empresa deve se abster de realizar qualquer ato concreto que ameace ou perturbe a posse de integrantes da Comunidade Indígena Tremembé de Barra do Mundaú, sob pena de aplicação de multa". A liminar determinou ainda que os cartórios de Itapipoca não alterem os registros de imóveis, para evitar especulação imobiliária.

Tensão e conflito

O pedido de liminar apresentado pelo procurador considerou o fato de a Funai já ter concluído o procedimento que analisou a reivindicação de posse pela comunidade Tremembé. Ele conta a existência de uma grande tensão e potencial conflito na área sob disputa judicial.

De acordo com o procurador, vários lotes foram cercados, impedindo o acesso dos índios a recursos naturais como lagoas, "o que está impedindo atividades importantes para a subsistência", entre outras denúncias de ameaças.

O procurador descreve que os trabalhos para a identificação e demarcação das terras realizados pela Funai foram iniciados em 2009 e concluídos em 2012, tempo em que também houve suspensão devido a uma decisão judicial. "Falta aprovação e publicação do Ministério da Justiça, para oficializar a demarcação das terras", explica Ricardo.

Licenciamento

A ação do MPF contra o licenciamento ambiental concedido pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Semace) tramita desde 2004. "Caso consumada a construção do empreendimento questionado, tal não poderá mais ser desfeito sem prejuízos - estes sim irreversíveis - à comunidade indígena dos Tremembés", alerta o procurador.



Funai realiza atividade de educação ambiental para proteção de índios isolados
SÍTIO FUNAI, 13.11.2014

A base da Frente de Proteção Etnoambiental Uru Eu Wau Wau - FPEUWW recebeu na sexta-feira (07) cerca de 60 visitantes não indígenas, entre adultos e crianças durante o II Encontro de educação ambiental.

Os visitantes são moradores do entorno da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau e experimentaram "Um dia de campo" junto com servidores da FPEUWW e da Coordenação Regional de Ji-Paraná/RO. A visita permitiu conhecer de perto sobre o modo de vida de povos indígenas, inclusive isolados, conviver com representantes do povo indígena Amondawa, e aprender sobre a importância da manutenção dos recursos naturais da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau também para a população do entorno.

O dia de campo encerra uma série de palestras que ocorreram em 06 escolas municipais e um seminário para jovens e adultos, concebidos para divulgar os trabalhos de proteção territorial da Funai com especial atenção para a proteção de povos indígenas isolados (base Bananeiras e Cautário). As palestras também serviram para informar sobre a importância da preservação ambiental para indígenas e não indígenas e para resgatar o histórico dos projetos de colonização e desenvolvimento da região, de seus impactos sobre o meio ambiente e sobre a população local. A iniciativa aproxima as novas gerações, da história de sua região contribuindo para um convívio de reconhecimento e respeito para com os povos indígenas.

No ano passado, o Projeto foi desenvolvido como piloto junto às escolas municipais de Seringueiras e com a colaboração da Polícia Militar Ambiental. Devido ao sucesso, em 2014 a iniciativa foi ampliada e além de contar novamente com o apoio da PMA e da prefeitura de Seringueiras, agregou parceiros importantes como o IDARON e o projeto viveiro cidadão.

No dia de campo, os visitantes percorreram uma trilha de mata passando por 04 estações: Ameríndios, Povos Isolados, Povo Amondawa e Saleiro Artificial. Além disso, receberam informações e orientações do IDARON e do Projeto Viveiro Cidadão.



Pesquisa de ex-aluna do IEEMAR se transforma em livro que resgata história dos índios Kaingang no RS

SÍTIO PORTAL DE MARCELINO, 13.11.2014

Uma professora de história, ex-aluna do Instituto de Educação Estadual de Marcelino Ramos (IEEMAR), colaborou de forma significativa para a publicação de dois importantes livros que fazem um resgate da história e os costumes do povo Kaingang de terras indígenas localizadas nos municípios de Estrela e São Leopoldo (RS).

Kassiane Schwingel, que atualmente mora em Montenegro e que está fazendo Mestrado em História na UPF em Passo Fundo, relatou ao Portal de Marcelino que as duas publicações surgiram a partir do trabalho que ela desenvolve no Conselho de Missão Entre Indígenas (COMIN), entidade que faz parte da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e que desde a década de 1980 trabalha com assessoria a povos indígenas.

“Temos sede em São Leopoldo, mas campos de trabalho em todo o Brasil e nosso trabalho está focado na assessoria e apoio aos povos originários, para que seus direitos sejam efetivados e que a interculturalidade seja uma prática de nossa sociedade” explicou Kassiane.

Atualmente existem no Brasil mais de 250 povos indígenas diferentes, sendo que destes, o terceiro povo mais numeroso é o Kaingang. FOTO TABAJARA MARQUES é o Kaingang que foi o alvo da pesquisa que resultou nas publicações. “Acho importante essa oportunidade por vários motivos, dentre eles: divulgar um trabalho institucional da IECLB que muitas pessoas não conhecem e, principalmente, mostrar à sociedade marcelinense que os Kaingang têm uma história a ser contada e ainda mantêm-se como indígenas. Sei que é comum ver indígenas vendendo artesanato por aí, então nada melhor que informação sobre este povo e sua cultura” destacou a professora.

Segundo ela para a elaboração dos livros, executou-se um intenso processo de debate e definições coletivas sobre a importância deste material e relatos históricos para que se escrevesse sua trajetória de acordo com as suas percepções. Kassiane Schwingel contou com apoio também da pesquisadora e colega Maria Ione Pilger. O livro, recheado de fotos, desenhos e histórias foi publicado em outubro passado e está sendo distribuído nas escolas de São Leopoldo e Estrela.

O COMIN

O Conselho de Missão entre Povos Indígenas (Comin) é um órgão da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Foi criado em 1982, com a finalidade de assessorar e coordenar o trabalho da IECLB com os povos indígenas em todo Brasil. Para atender este objetivo, o Comin se faz presente junto a alguns povos e comunidades indígenas, criando

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/2014

Brasília, 14 de novembro de 2014.

parcerias e dando apoio nas áreas da educação, saúde, terra, organização e auto-sustentação. O Comin tem como princípio e compromisso apoiar as prioridades colocadas pelos povos e comunidades indígenas, respeitando seu jeito de ser e sua cultura, trabalhando com eles e não por eles. Os trabalhos do Comin são realizados por um grupo de profissionais nas áreas de pedagogia, teologia, pastoral, direito, enfermagem e medicina, assistência social, agronomia e outras, em sete Campos de Trabalho.



A luta dos Mundurukus contra a invisibilidade

SÍTIO AMAZÔNIA, 11.11.2014

Enquanto o povo Munduruku realiza a autodemarcação da Terra Indígena Sawré Muybu, ameaçada pela construção do complexo do Tapajós, decisão do TRF vem na contramão e dificulta ainda mais o processo de demarcação do local

Empunhando foices, facões e aparelhos de GPS, guerreiros Mundurukus limpam uma estreita faixa de floresta, no extremo norte da Terra Indígena Sawré Muybu, demarcando por conta própria o limite de suas terras.

No ato de tornar aparente a linha imaginária que delimita o seu território de mais de 178 mil hectares, os Mundurukus tentam escapar da invisibilidade que lhes tem sido imposta pelo governo – uma forma de pedir não só o reconhecimento de sua existência, mas também de seus direitos.

A TI Sawré Muybu poderá ser alagada caso a usina hidrelétrica São Luiz do Tapajós, a primeira do Complexo, cujo leilão está previsto para o ano que vem – com potência de 8.040 MW –, torne-se realidade. A demarcação, que se arrasta há mais de 13 anos e foi paralisada no ano passado, seria uma forma de garantir a sua proteção e impedir que isso aconteça. De acordo com o Artigo 231 da Constituição Federal, é vedada a remoção de grupos indígenas de suas terras, salvo em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, e garantindo o retorno imediato logo que cesse o risco.

A luta entre a anta e o jabuti

“Nós não vamos sair”, diz o cacique Juarez Saw Munduruku, da aldeia Sawré Muybu, contando uma estória da cosmologia de seu povo em que um pequeno jabuti vence uma enorme anta, que simboliza o governo impondo a construção da obra e desrespeitando os que moram ali. Assim Juarez pede apoio à luta pela proteção do rio: “A anta é grande, mas, juntos, podemos derrotá-la”, afirma ele.

O complexo do Tapajós prevê cinco hidrelétricas na região, cuja soma da área dos reservatórios ultrapassa o tamanho da cidade de São Paulo. Mas, no lugar de uma selva de pedras, a área a ser coberta pela água é rica em biodiversidade e abriga uma das principais porções de floresta intacta do país, com unidades de conservação, terras indígenas e diversas espécies ameaçadas de extinção. Isso sem falar nos povos indígenas e ribeirinhos que vivem no local.

Após análise do Estudo de Componente indígena que integra o Estudo de Impacto Ambiental da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, servidores públicos da Funai concluíram pela

CONT.



inviabilidade do empreendimento, visto que a obra incidiria sobre terra indígena em processo de regularização.

Mas a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, de sustar o parecer da Justiça de Itaituba que obrigava a Funai a publicar o relatório que confirma a ocupação tradicional pelos índios, vem mostrar que as dificuldades que os Mundurukus enfrentarão estão só começando. O documento que está parado, pronto desde 2013, é considerado fundamental ao processo da demarcação.

“Para garantir a construção dessas hidrelétricas, o governo vem ignorando sistematicamente a Constituição e negando aos Mundurukus o direito de terem seu território demarcado. O Brasil pode deixar de construir grandes hidrelétricas na Amazônia diversificando a matriz de energia e investindo em fontes como energia eólica, solar e biomassa” afirma Danicley de Aguiar, da Campanha da Amazônia do Greenpeace.

A demora na demarcação da terra indígena só aprofunda os problemas causados pela invasão da Sawré Muybu, como explica o cacique Munduruku: “Decidimos fazer isso porque somos ameaçados, tanto por madeireiros, garimpeiros, como pela barragem que está se aproximando”, diz ele. “O relatório afirma que pertence a nós e o governo sabe disso”.

O governo sabe, mas passa por cima

Os 12 mil Mundurukus que vivem ao longo das margens do Tapajós são os povos originários dessa região, e, portanto, segundo a Constituição brasileira, têm direito a ela. Para eles, Sawré Muybu é muito mais que um simples pedaço de chão. É lá que eles têm a base de sua cultura e obtém alimentos por meio da caça, da pesca e do roçado. O Rio Tapajós é tão importante que, na cosmologia, faz parte até da história da própria criação desse povo.

Mas, para o governo federal, que ignora a diversidade dos “Brasis” que compõem o mapa do país, os Mundurukus só se tornam visíveis quando protestam pelos seus direitos e o Tapajós é apenas mais um lugar a ser transformado em um imenso canteiro de obras para a construção do próximo megaprojeto de grandes hidrelétricas na Amazônia após Belo Monte.

Em recente entrevista à BBC Brasil, o Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, afirmou que o governo não abrirá mão do empreendimento.

[Veja entrevista em que o cacique Juarez Munduruku fala sobre a autodemarcação](#)

Liminar suspende licença ambiental de complexo turístico em terras indígenas
SÍTIO CEARÁ NEWS 7, 13.11.2014

Funai reconheceu ocupação tradicional indígena nas terras onde grupo empresarial quer construir empreendimento Nova Atlântida Cidade Turística Residencial e de Serviços.



Projeto da Nova Atlântida Cidade Turística Residencial.

Liminar obtida pelo Ministério Público Federal (MPF) junto à Justiça Federal determina a imediata suspensão do licenciamento ambiental do empreendimento Nova Atlântida Cidade Turística Residencial e de Serviços no município de Itapipoca, no litoral oeste do Ceará. A área prevista para a construção do empreendimento tem posse reivindicada por índios Tremembé - direito já reconhecido pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

De acordo com a liminar, a empresa deve se abster de realizar qualquer ato concreto que ameace ou perturbe a posse de integrantes da Comunidade Indígena Tremembé de Barra do Mundaú, sob pena de aplicação de multa. A juíza federal Elise Avesque Frota, da 27ª Vara da JF, determinou ainda que os cartórios de registro de imóveis de Itapipoca não averbem qualquer transferência de propriedade ou direito real, incidentes sobre as terras litigiosas.

O pedido de liminar apresentando pelo procurador da República Ricardo Magalhães de Mendonça levou o consideração o fato da Funai já ter concluído o procedimento que analisou a reivindicação de posse pela comunidade Tremembé e a existência de uma grande tensão e potencial conflito na área sob disputa judicial.

De acordo com a Constituição Federal, os indígenas têm direito a verem suas terras demarcadas e protegidas pelo Estado, como também é dever do Estado cumprir tal determinação. No caso da comunidade Tremembé, já foram concluídos os trabalhos para a identificação e demarcação das terras realizados pela Funai. Falta agora a publicação, pelo Ministério da Justiça, de portaria oficializando a demarcação das terras.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/2014

Brasília, 14 de novembro de 2014.

A ação do MPF contra o licenciamento ambiental concedido pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Semace) tramita desde 2004. "Caso consumada a construção do empreendimento questionado, tal não poderá mais ser desfeito sem prejuízos - estes sim irreversíveis - à comunidade indígena dos Tremembés", alerta o procurador.

* Com informações do MPF



Polícia pede prisão de suspeito de matar líder indígena com 35 facadas

SÍTIO VICENTINA INFORMA, 13.11.2014

A Polícia Civil pediu à Justiça a prisão de um homem com quem a líder indígena kaiowá Marinalva Manoel, 27 anos, tinha um relacionamento e estava morando com ele até ser assassinada com 35 golpes de faca em Dourados, a 233 km de Campo Grande. Entretanto, a prisão ainda não foi decretada.

O homem, cuja identidade não foi divulgada, é suspeito de ter matado Marinalva. O corpo foi encontrado na manhã o dia 1º deste mês, na beira da BR-163. Ele está desaparecido. A morte de Marinalva provocou reação da ONU (Organização das Nações Unidas), que pediu celeridade nas investigações.

O delegado Edmar Batistela, da 2ª Delegacia de Polícia de Dourados, informou que ouviu o depoimento de sete pessoas entre familiares, conhecidos que tiveram contato com Marinalva nos dias anteriores ao crime e um funcionário da Funai (Fundação Nacional do Índio).

Ao Campo Grande News, o policial disse que o homem é o único suspeito do crime. Marinalva morava no acampamento indígena "Nhu Porã", próximo à MS-156, e lutava pela demarcação da área, localizada entre os bairros Jardim Guaicurus e Parque das Nações, no perímetro urbano da cidade. Entretanto, dias antes de ser morta ela teria deixado o acampamento para viver com o companheiro em outro local.

Batistela considera esclarecido o assassinato da líder indígena e afirma não existir indícios de que ela tenha sido morta por causa de seu envolvimento na luta pela demarcação das terras. Para ele, o motivo foi passional. "Só aguardo o laudos e a prisão do suspeito para concluir o inquérito", afirmou. Os laudos vão ajudar a polícia a saber se Marinalva foi morta no local onde o corpo foi encontrado e se ela sofreu violência sexual.

O grupo de índios ao qual Marinalva fazia parte mora em um acampamento localizado numa área reivindicada pelos índios, cujos estudos antropológicos iniciais apontaram como terra indígena. Entretanto, o local pertence a uma empresa de paisagismo e parte está sendo loteada.

Recentemente o MPF (Ministério Público Federal) alertou às pessoas que estão comprando terrenos no loteamento "João Carneiro Alves" sobre a eventual demarcação.

"Toda a área está passando por levantamento antropológico pelo Grupo Técnico Dourados-Amambaipeguá, que já identificou elementos comprobatórios de ocupação tradicional por indígenas guarani-kaiowá", afirmou o MPF.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/2014

Brasília, 14 de novembro de 2014.

Duas semanas antes de ser assassinada, Marinalva participou de protesto de índios de Mato Grosso do Sul em Brasília, contra decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que barra a demarcação de uma área em Caarapó e poderia gerar uma reação em cadeia em todo o país. Por três votos a um, a 2ª Turma do Supremo decidiu que os índios não teriam mais direito pela terra porque não estavam no local antes de 1988, quando a Constituição foi promulgada.

Na semana passada, a representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman, pediu "rigor" e "celeridade" na investigação sobre o assassinato de Marinalva Manoel.

"O assassinato de Marinalva Manoel nos acomete de extremo pesar pela violência e pela truculência com que sua vida foi ceifada. Frente ao perfil e às ameaças recebidas pela vítima, são evidentes os elementos de feminicídio, assassinato de mulheres por razão de gênero", afirmou Nadine Gasman em nota oficial.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/2014

Brasília, 14 de novembro de 2014.

Documentário sobre conflitos socioambientais em comunidades pesqueiras será lançado em Brasília

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.11.2014



Conselho Pastoral dos Pescadores – Nacional

“Vento Forte” foi o título dado ao documentário realizado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) que aborda as situações de ameaça das comunidades pesqueiras do Brasil. O filme, produzido pela Arte e Movimento, será lançado no próximo dia 17, às 19h30, na sede da CNBB, em Brasília. A ocasião contará com uma mesa de abertura onde estarão presentes o secretário geral da CNBB, Dom Leonardo Ulrich Steiner, o presidente da Comissão das Pastorais Sociais da CNBB (Comissão e Serviço da Caridade, da Justiça e da paz), Dom Guilherme Werlang, a procuradora da 6ª Câmara do Ministério Público Federal (MPF) – Para a defesa dos Direitos das Comunidades Tradicionais, Débora Duprat, e os integrantes do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Marizelha Carlos Lopes e Josemar Durães.

São diversos os conflitos socioambientais que envolvem as comunidades pesqueiras; a aquicultura empresarial, o turismo predatório, a pesca industrial e os grandes empreendimentos compõem parte dessas ameaças que negam os direitos das populações tradicionais. É inspirada nessa temática que “Vento Forte” levanta diversos casos em todo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/2014

Brasília, 14 de novembro de 2014.

Brasil deixando clara a necessidade da reflexão acerca da importância dos pescadores e das pescadoras artesanais para o país, e a urgência em debater as problemáticas que atingem seu modo de vida.

“Este vídeo visibiliza a situação de ameaça que vivem as comunidades pesqueiras no Brasil. Ele demonstra os graves impactos do modelo desenvolvimentista que ameaça o modo de vida das comunidades e que destroem o meio ambiente, colocando em risco toda sociedade e prejudicando as gerações futuras. Explícita ainda as situações de violação de direitos humanos que vivem estas comunidades e suas lideranças. Esse será um instrumento de divulgação e denúncia aos órgãos competentes em fóruns nacionais e internacionais”, comenta a secretária executiva do CPP, Maria José Pacheco.

Serviço:

O que: lançamento do documentário “Vento Forte” sobre os conflitos socioambientais em comunidades Pesqueiras.

Quando: 17 de novembro, às 19h30.

Onde: Salão Dom Helder Câmara, sede da CNBB. SES, Setor de Embaixada Sul, 801. Conjunto B. Brasília/DF.

Projeto indígena de Mato Grosso será apoiado pela Petrobras

SÍTIO CENÁRIO MT, 13.11.2014



Utilizar o esporte educacional para fortalecer a identidade cultural dos povos indígenas e diminuir evasão escolar e das aldeias. Este é objetivo do projeto Wyrapat, U'p, do Instituto Munduruku, um dos 34 projetos de todo o Brasil aprovados esta semana pelo edital Petrobras Esporte e Cidadania.

A expectativa é atender 472 crianças e adolescentes indígenas das aldeias Apiacá,

Caiaby e Munduruku, da Terra Indígena Apiacá-Caiaby, no município de Juara, no Noroeste de Mato Grosso. Pelo projeto, serão oferecidas as modalidades de futebol de campo, futebol de salão, vôlei, atletismo, arco e flecha, natação, remo e meia maratona, dentro de uma metodologia participativa, buscando promover a autonomia dos povos indígenas.

A demanda para este projeto foi levantada pela equipe do projeto Poço de Carbono Juruena, também apoiado pela Petrobras na região. Todas as ações e objetivos da proposta que terá duração de dois anos foram discutidas e construídas de forma participativa com os indígenas.

Esta foi mais uma iniciativa socioambiental da Aderjur, entidade que desenvolve o projeto Poço de Carbono Juruena. "Nós não estamos olhando oportunidades de editais e projetos aprovados apenas como metas a serem alcançadas, mas com uma verdadeira visão social, de empoderamento das organizações sociais e indígenas, cujo desenvolvimento das comunidades passa por outro processo muito mais avançado, que considera a inclusão social e de gênero das pessoas", destacou Paulo Nunes, coordenador do projeto Poço de Carbono Juruena, executado pela Aderjur e também patrocinado pela Petrobras, por meio do Programa Petrobras Socioambiental.

A Seleção Pública de Projetos Esportivos Educacionais teve 1.421 projetos inscritos. Desse total, 34 foram aprovados nas cinco regiões do país. Nesta edição do programa Petrobras Esporte e Cidadania serão destinados R\$ 45 milhões, ao longo de dois anos, a iniciativas de esporte educacional para crianças e adolescentes. São projetos alinhados aos princípios de inclusão social, educação integral, diversidade e autonomia.

O número de propostas recebidas neste edital, foi 60% a mais do que na última edição, realizada em 2011. Os projetos passaram por triagem administrativa e técnica, comissão de seleção e, por último, conselho deliberativo. Para democratizar o acesso às informações sobre

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/2014

Brasília, 14 de novembro de 2014.

o processo, foram realizadas 29 caravanas esportivas em todos os estados do país, com a participação de cerca de 1.800 instituições

Atualmente são apoiados em torno de 50 projetos esportivos educacionais que atendem mais de 28 mil crianças, adolescentes e jovens de norte a sul do país. São exemplos dessas iniciativas: o Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida, do Instituto Guga Kuerten, em Santa Catarina; o Maré Unida, da Associação Luta pela Paz, no Rio de Janeiro; Velozes do Amanhã, do Instituto de Desenvolvimento Humano Social Econômico e Cultural Mana do Céu para os povos, em Mato Grosso do Sul; o Centro de Referência Esportiva de Pernambuco, do Instituto Brasileiro Pro-Cidadania e o projeto Esporte Sonho Meu, da Fundação de Educação, Cultura, Desenvolvimento Empresarial e Social, em Rondônia.



Audiência em Altamira expõe dramas do deslocamento compulsório de Belo Monte
SÍTIO CIMI, 13.11.2014

O Ministério Público Federal (MPF) promoveu nesta quarta-feira, 12 de novembro, audiência pública em Altamira para ouvir os moradores da cidade que são atingidos pelo deslocamento compulsório para dar lugar ao reservatório da usina de Belo Monte. O processo de realocação e reassentamento na área urbana vai afetar cerca de 9 mil famílias, incluindo 600 famílias de indígenas que moram na cidade. Os critérios usados pela empresa Norte Energia na seleção de quem vai ter direito a casas novas e sobre os valores das indenizações são questionados por muitos.

Para o MPF, a presença do estado brasileiro em Altamira tem sido marcada pela parcialidade, com foco excessivo no cronograma e na rapidez da obra, deixando de atuar na garantia dos direitos da população atingida. "Essa é a primeira condicionante de Belo Monte que precisa ser cumprida", disse a procuradora da República Thaís Santi, ao abrir a audiência pública. Estavam presentes representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Fundação Nacional do Índio, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Ministério da Pesca, prefeitura de Altamira e Defensoria Pública da União.

A ausência de mediação governamental e de assistência jurídica (não há atualmente defensoria pública na região) no processo de deslocamento compulsório deixa os atingidos em situação vulnerável, sem capacidade de se defender ou argumentar diante das avaliações impostas pela empresa Diagonal, subcontratada da Norte Energia que faz o trabalho de negociação com os atingidos. Pelo Plano Básico Ambiental de Belo Monte, todos os atingidos deveriam ter direito a optar entre o reassentamento – uma casa nova fora da área a ser atingida pelo alagamento – ou a indenização – que deveria dar acesso à moradia em situação igual ou melhor que a anterior.

São incontáveis denúncias de que isso não está sendo cumprido e que muitos estão sendo pressionados a aceitar indenizações que variam entre R\$ 15 e R\$ 50 mil, insuficientes para que novas moradias sejam adquiridas, já que a obra de Belo Monte fez explodirem os preços de imóveis em todas as faixas de poder aquisitivo em Altamira.

Uma moradora do bairro do Açaizal, de 80 anos, Maria dos Santos, analfabeta, denunciou durante a audiência ter sido obrigada a assinar um papel em branco e aceitar uma indenização de R\$ 42 mil. Outra atingida, Elissandra Oliveira, chegou a gravar um comercial para a Norte Energia na casa nova que receberia no bairro Jatobá, construído para receber os impactados. O comercial foi gravado no final de 2013 e ela disse que até agora não foi contemplada com a casa. "Para onde vamos mandar os sem-teto que a Norte Energia está criando aqui?", questionou Giacomo Shaffer, presidente da Colônia de Pescadores Z-12.

CONT.



Com o fechamento do escritório da Defensoria Pública do Estado no primeiro semestre de 2014 e com a ausência da Defensoria Pública da União (DPU), esses e outros moradores que se sentem prejudicados começaram a procurar o MPF em grande número, o que gerou a necessidade da audiência pública. Um primeiro resultado da audiência é que o representante da DPU, Francisco Nóbrega, anunciou que chegarão defensores em Altamira ainda esse ano, em caráter emergencial, para garantir a assistência jurídica dos atingidos.

“Não é possível que uma pessoa seja retirada de casa sem ter outra casa e sem receber a indenização prévia. É preciso que isso conste nos critérios aplicados a todos os casos de deslocamento para Belo Monte”, lembrou Nóbrega. Outro resultado anunciado imediatamente na audiência foi a criação de uma espécie de câmara de conciliação interinstitucional, que funcione como uma instância superior para os casos em que a empresa não chega a acordo com os moradores. Até agora, a última palavra sobre todos os casos era da Norte Energia S.A. O representante da Casa Civil, Johanness Eck e a empresa concessionária concordaram com a câmara. Os movimentos sociais devem apresentar uma lista de casos de conflitos entre moradores e a empresa para que a revisão comece imediatamente.

O MPF apontou ao Ibama e ao governo a necessidade de flexibilização das regras aplicadas nas negociações, que geram questionamentos legítimos: por exemplo, são negadas moradias aos moradores de reservas extrativistas e até terras indígenas que mantêm casas de apoio na periferia de Altamira para quando necessitam de acesso a serviços públicos básicos – porque educação e saúde são muito precárias nas áreas rurais.

“Esse morador que mantém uma casa em Altamira mas não ocupa a casa o ano inteiro é uma realidade da região, ele não pode ser tratado, como está sendo, da mesma forma que um especulador. É necessário revisar e contextualizar as regras aplicadas pelo empreendedor para a realidade da região”, disse a procuradora Thaís Santi. Os critérios também causam problemas nas dezenas de casos em que várias famílias ocupam o mesmo imóvel e apenas um dos moradores é contemplado com a nova casa.

A representante do Ibama, Regina Coeli, confirmou que o PBA prevê que todas as pessoas afetadas pelo empreendimento devem ser compensadas de maneira a ter moradia igual ou melhor ao que tinham antes da usina. Todos os compromissos assumidos pelas autoridades presentes foram registrados em ata, assinada ao final da audiência pública.



Secretário confere a preparação para os Jogos Mundiais Indígenas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 13.11.2014

Para o mundial indígena são esperadas etnias de 30 países e a participação de cerca de dois mil atletas guerreiro

O secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte, Ricardo Cappelli, participou, nessa quarta-feira (12), na cidade de Palmas (TO), de reunião de integração e apresentação do planejamento da primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas.

Cappelli declarou-se otimista ao conferir o andamento de todas as etapas da realização do evento programado para acontecer em setembro de 2015, na capital tocantinense. "Saio convencido de que será um grande sucesso a primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas", disse.

O assessor de Políticas Esportivas Indígenas, Rivelino Macuxi, e o diretor o Comitê Intertribal, Carlos Terena, também participaram do encontro. Houve apresentação de projetos de comunicação e arquitetônicos das obras, além da implantação da Vila dos Jogos.

A criação de uma agenda conjunta entre a prefeitura e governo federal, por meio da Embratur, para divulgação dos jogos em eventos nacionais e internacionais, e uma proposta de calendário de eventos a serem realizados em Palmas com a temática indígena durante todo o ano de 2015 - mostras de cinema, exposições entre outros - também foram discutidas.

O grupo também visitou a Escola de Tempo Integral (ETI), do Setor Bertaville, e ficou impressionado com a estrutura física. Carlos Terena destacou que o lugar "tem uma estrutura física muito boa e poderá alojar parte dos atletas estrangeiros". Já Ricardo Cappelli afirmou que as ETIs "são estruturas belíssimas que são referências para educação no Brasil e atendem plenamente a realização dos Jogos Mundiais Indígenas".

"É a primeira vez que o secretário vem a Palmas, já que as demais reuniões foram realizadas em Brasília. É muito importante esse acompanhamento para estarmos afinados com o governo federal, para que eles conheçam todas as medidas que temos tomado para viabilizar os jogos. Estamos muito confiantes com todo o processo", agradeceu o prefeito Carlos Amastha.

Para o mundial indígena são esperadas etnias de 30 países e a participação de cerca de dois mil atletas guerreiros. Entre as instalações a serem implantadas na aldeia do mundial indígena estão alojamento das etnias brasileiras, Oca Digital e dos Saberes, praça de alimentação com comidas típicas, refeitório, museu do índio e feira de artesanato. Instalações esportivas, como campo de beisebol, raia olímpica e arena.

Fonte:
Ministério do Esporte



Itaipu instalará painéis solares em comunidade indígena do Paraguai

SÍTIO RÁDIO CULTURA FOZ, 13.11.2014

A Superintendência de Energias Renováveis da Hidrelétrica de Itaipu instalará painéis solares na comunidade indígena de Itakyry, no Departamento de Alto Paraná, no Paraguai. O trabalho será realizado enquanto esperam a instalação definitiva das redes da Agência Nacional de Eletricidade (Ande). A aldeia beneficiada é a Ko'e Ju, localizada a 30 km do centro de Itakyry.

A reserva indígena foi adquirida pela Itaipu em 1982, onde funcionava uma indústria de erva. No local os indígenas vivem da agricultura familiar. Com o investimento da hidrelétrica, foram levantados dados para a imediata assistência à comunidade.

Segundo os técnicos, os maiores beneficiados para o desenvolvimento do local serão as crianças em idade escolar. Com os estudos realizados pela Itaipu, foi decidido levar os painéis solares, além de iluminação, espaço comunitário, sistema de ventilação refrigerada nas aulas, espaço para carregamento de baterias e sistema de bombeamento de água potável.

Fonte: Diario Vanguardia



Câmara adia votação de projeto sobre recursos genéticos e conhecimentos tradicionais

SÍTIO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 13.11.2014

Proposta foi fechada em reunião com participação ativa de assessores da indústria farmacêutica, mas representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares são excluídos da negociação

Os líderes partidários da Câmara decidiram, ontem (12/11), adiar a votação do projeto de lei (PL) 7.735, que pretende regular o acesso aos recursos genéticos da agrobiodiversidade e da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais a eles associados (saiba mais no box no final da reportagem). A expectativa é que o projeto seja votado na semana que vem. Enquanto isso, por ter regime de urgência, ele segue trancando a pauta do plenário.

Os termos gerais do texto que será levado à votação foram detalhados numa reunião, a portas fechadas, na tarde de ontem, entre assessores dos ministérios envolvidos (Casa Civil, Meio Ambiente, Agricultura, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Desenvolvimento Agrário), da Fundação Nacional do Índio, representantes da indústria farmacêutica e um grupo de deputados, entre eles o líder do governo, Henrique Fontana (PT-RS), o ruralista Alceu Moreira (PMDB-RS) e a deputada Luciana Santos (PCdoB-PE). Em nenhum momento, permitiu-se a participação de representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, apesar do projeto ter impacto direto sobre seus direitos.

Na sequência, a redação foi revisada pelos assessores do governo e uma representante da indústria farmacêutica. A reportagem do ISA teve acesso apenas a essa parte da reunião.

A proposta continua sem um relator oficial. A bancada ruralista segue pressionando o governo para que a função seja ocupada por Moreira, notório adversário das causas indígenas. Desde a semana passada, o parlamentar compareceu às reuniões sobre o PL como pretensão relator, sem que tivesse sido nomeado formalmente, e fez circular um relatório com sua assinatura (saiba mais).

A tentativa dos ruralistas de impor o nome de Moreira atropela acordo anterior, que teria sido fechado com o presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN), para nomear Luciana Santos. Ela já apresentou um relatório alternativo e ainda trabalha para ser relatora, mas tudo indica que a pressão ruralista para emplacar o nome e o texto de Moreira deve prevalecer.

Os ruralistas já obtiveram várias concessões do governo após o tema da agrobiodiversidade ter sido incluído na proposta original, enviada em junho e que abrangia só a biodiversidade. O

CONT.



texto de Moreira barra qualquer custo adicional ou pagamento de royalties pelo uso de espécies exóticas cultivadas em grande escala (como soja e milho) e garante o Ministério da Agricultura como órgão de fiscalização do acesso aos recursos da agrobiodiversidade e, inclusive, aos conhecimentos tradicionais a eles associados.

Violações de direitos

O relatório do ruralista traz ainda avanços para a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico em relação ao projeto original, mas segue com uma série de violações aos direitos de povos indígenas, comunidades tradicionais de agricultores familiares já garantidos pela legislação nacional e convenções internacionais, avaliam representantes dessas populações e de organizações ambientalistas.

"Há vários pontos do projeto que restringem a repartição de benefícios para essas comunidades. Ao final, segundo a proposta, estará garantido o acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais e o desenvolvimento de produtos, mas pouca ou quase nenhuma repartição de benefícios", alerta Maurício Guetta, advogado do ISA.

"É preciso que essa repartição de benefícios inclua não apenas povos indígenas e comunidades tradicionais, mas também agricultores familiares", aponta Juliana Santilli, promotora de Justiça e uma das principais especialistas em agrobiodiversidade do País. Ela também cobra que as agricultores familiares participem da gestão do fundo que o PL pretende criar para viabilizar a repartição de benefícios.

Moreira fez questão de manter uma redação que dificulta a repartição de benefícios pelo uso de espécies crioulas desenvolvidas e conservadas por agricultores familiares. O objetivo é impedir que grandes produtores rurais tenham custos adicionais com o uso dessas espécies.

"O ótimo é absolutamente inimigo do bom, neste caso. O projeto é um avanço e uma vitória", discursou Moreira numa comissão geral realizada no plenário, na terça (11/11). Ele afirmou que houve "respeito absoluto" em relação às comunidades e povos tradicionais na elaboração da proposta.

Na mesma reunião, representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais voltaram a criticar duramente o governo por não terem sido consultados sobre o PL. "Houve um tempo considerável de debate qualificado com segmentos interessados, mas as comunidades e povos tradicionais foram alijados do processo", ressaltou Joaquim Belo, presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). Ele voltou a pedir a retirada do regime de urgência do projeto.

Depois da comissão geral, em uma reunião entre representantes do governo e de comunidades tradicionais, o secretário executivo do MMA, Francisco Gaetani, admitiu que a elaboração do projeto teve um "déficit de participação" e criticou a Câmara por não discutir a proposta durante a campanha eleitoral. "Não conseguimos fazer uma boa discussão dentro do governo, nem com os movimentos sociais e também não estamos conseguindo discutir o projeto dentro do Congresso", reconheceu.

CONT.



Recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade

Os recursos genéticos da biodiversidade são encontrados em animais, vegetais ou micro-organismos. No caso da agrobiodiversidade, falamos também de recursos genéticos, mas relacionados a espécies agrícolas e pastoris. Povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares, entre outros, desenvolvem e conservam, por décadas e até séculos, informações e práticas sobre o uso desses recursos.

Tanto o patrimônio genético quanto esses conhecimentos servem de base para pesquisas e produtos da indústria de remédios, sementes e cosméticos, entre outros. Por isso, podem valer milhões. O Brasil é a nação com maior biodiversidade do mundo e milhares de comunidades tradicionais, sendo, por isso, alvo histórico de ações ilegais de biopirataria. O tema, portanto, é estratégico para o País



Escola do Legislativo premia alunos vencedores no concurso de redação indígena
SÍTIO CIMI, 13.11.2014

Foi realizada segunda-feira, 10 de novembro, a premiação do concurso de redação "Aracoara e os povos indígenas: a história de Araraquara não começa com Pedro José Neto", uma parceria da Fundação Araporã e a Escola do Legislativo. A cerimônia aconteceu no plenário da Câmara Municipal.

Foram premiados os três primeiros colocados das seguintes categorias: 6º ano do Ensino Fundamental, 1º ano do Ensino Médio e EJA (Educação de Jovens e Adultos). A premiação foi entregue pelos membros da mesa que foi presidida pelo Primeiro Secretário, William Affonso (PDT); Edna Martins (PV), presidenta da Escola do Legislativo; Arary Ferreira, Secretária Municipal da Educação que representou o Prefeito Municipal; Robson Rodrigues, presidente da Fundação Araporã; Luciano Ariabo Quezo, que representou o Grupo de Estudantes Indígenas (GEI) da Ufscar e Maria José Zaccaro, diretora regional de ensino.

Ao explicar o projeto, a coordenadora e vice-presidente da Fundação Araporã, Grasiela Lima, destacou a importância da escola na conscientização da população. "É fundamental que a gente, através da escola, enquanto instituição de ensino, traga para os alunos essa consciência crítica e a consciência da necessidade de transformação de uma realidade que, ainda, hoje, é desigual e violenta contra aqueles considerados diferentes", afirmou.

"Esse encontro feliz da Escola do Legislativo com a Fundação Araporã nos deu, não só essa memória oficial, mas também o quanto é importante nós problematizarmos a forma como a gente vem resgatando nossa história e a seriedade dos agentes que foram banidos dela", afirmou Edna Martins. "Sabemos que indígenas, mulheres e negros foram excluídos dessa história, e o quanto esses conjuntos de pessoas contribuem na construção dela, nossas vidas, do que somos hoje", concluiu.

Para William Affonso todos devem ser respeitados, independentes de credo, raça ou religião. "Que todos nós estudemos bastante e tenhamos respeito com os indígenas, os negros, os animais. Todos nós temos que demonstrar esse respeito com atitudes", afirmou.

"Com o trabalho de nossos educandos e educadores percebemos que a história indígena está próxima de nós. Queremos que Araraquara entenda sua história pelos grupos étnicos que viveram e vivem com nós", afirmou Rodrigues. O representante de estudantes indígenas, Luciano Quezo, pediu mais respeito às diferenças. "Estamos lutando por um país que respeita seus povos, suas culturas, por um país mais justo."

Arary Ferreira, secretária de educação, que representou o prefeito Marcelo Barbieri no evento, disse estar feliz com o resultado da parceria. "Fico honrada de saber que a educação é a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/2014

Brasília, 14 de novembro de 2014.

origem do avanço para acabar com a desigualdade”. Já a diretora regional de ensino de Araraquara, Maria José Zaccaro, afirmou ser importante o trabalho de continuidade sobre o tema. “Meus sinceros votos para que vocês não fiquem somente nessa redação. Aprofundem os estudos a respeito dos povos pioneiros da nossa terra, com certeza irão gostar muito”.

O concurso foi organizado pela Fundação Araporã/GEERERI” (Grupos de Estudos “Educação e Relações Étnico-Raciais nas Temáticas Indígenas) em parceria com a Câmara Municipal de Araraquara/Escola do Legislativo e com o apoio da Diretoria Regional de Ensino de Araraquara, Secretaria Municipal de Educação, Centro de Conservação e Recuperação de Acervos Digitais - CECRAD, Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara - MAPA e Museu Histórico e Pedagógico “Voluntários da Pátria”.

Fonte: Folha Cidade



Presidente da Funai, Flávio Chiarelli, participa de discussão sobre patrimônio genético
SÍTIO FUNAI, 13.11.2014

A sessão ordinária do Plenário da Câmara dos Deputados, da última terça-feira (12), foi transformada em comissão geral para discutir o projeto de lei sobre a biodiversidade (PL 7735/14).

Além dos parlamentares, o presidente da Funai, Flávio Chiarelli e demais representantes da sociedade puderam discutir sobre o acesso ao patrimônio genético do País. O debate é fundamental para que o Brasil decida se ratifica sua participação no Protocolo de Nagoya, que prevê regras específicas para o acesso à biodiversidade de cada país-membro.

Para o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, "É missão do Congresso Nacional discutir e deliberar sobre esse projeto que definirá em que condições permitiremos o acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado, e como se dará a repartição de benefícios advindos da exploração comercial dessas descobertas.

A deputada Luciana Santos (PCdoB-CE), admitiu que o consenso total sobre o projeto será impossível, já que ele mexe com interesses diversificados – pesquisadores, indústria, agricultura, comunidades tradicionais.

O presidente substituto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Paulo Sérgio Beirão, cobrou urgência na aprovação das novas regras para a pesquisa e exploração da biodiversidade brasileira.

A opinião foi compartilhada pela diretora executiva adjunta do Grupo FarmaBrasil, Adriana Diaféria. "A indústria está ansiosa e com expectativa de que a nova realidade para exploração da biodiversidade e desenvolvimento sustentável previstos no projeto aconteça", declarou.

Entre as mudanças da proposta está a desburocratização do processo de pesquisa – as autorizações prévias serão substituídas por um cadastro sujeito a fiscalização posterior para o início da pesquisa e para remessa de patrimônio genético ao exterior por instituições brasileiras e estrangeiras ligadas a nacionais.

O secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Caio Rocha, disse que o atual texto em análise engloba não apenas a pesquisa sobre fármacos e cosméticos, mas aborda também alimentação e agricultura.

Para Rocha, o projeto trará amplos benefícios à agricultura brasileira, dando condições de paridade na competição internacional e implementando o sistema de repartição justa e equitativa de benefícios vindos da exploração de recursos da biodiversidade.

CONT.



Também favorável à revisão do marco legal sobre o acesso à biodiversidade, o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, João Carlos Basílio, destacou que a riqueza da biodiversidade brasileira confere ao País um vasto leque de possibilidades. "Precisamos transformar nossas vantagens naturais em vantagens produtivas globais. Precisamos estimular a inovação e a pesquisa por meio de uma profunda revisão do marco legal atual", declarou Basílio.

Para a promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Juliana Santilli, é importante que a repartição de benefícios decorrentes da exploração da biodiversidade seja feita não só com comunidades indígenas e tradicionais mas também com a agricultura familiar.

A presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, pediu que os parlamentares revejam quatro pontos das novas regras para a pesquisa e exploração da biodiversidade brasileira.

A SBPC defende maior participação de todos os setores envolvidos no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen), atualmente comandado por órgãos governamentais.

A SBPC também propõe que os indígenas e comunidades tradicionais atuem pessoalmente na defesa de seus interesses, sem necessidade de intermediários. A entidade critica a isenção do pagamento de repartição de benefícios – royalties – para micro e pequenas empresas concedida pelo projeto.

O presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Joaquim Belo, pediu a retirada de pauta das novas regras para a pesquisa e exploração da biodiversidade brasileira, disse que comunidades tradicionais e agricultores pequenos foram ignorados na elaboração e discussão da proposta.

"Segmentos extremamente importantes foram ignorados, e estou falando dos sujeitos desses processos: da agricultura familiar brasileira e das populações tradicionais. Precisamos de um tempo maior para participar do debate e não vejo outra saída senão a retirada de pauta".

Para o presidente da Funai, Flávio Chiarelli, apesar de o PL 7.735 ter sido elaborado sem a devida consulta aos povos indígenas, considerados importantes detentores e potenciais provedores de conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético, "a FUNAI reconhece que o Substitutivo ao PL, na forma que se apresenta, representa um grande avanço no marco legal do sistema ABS (Access and Benefit Sharing) no Brasil, em comparação à Medida Provisória nº 2.186-16/2001, no que se refere à proteção dos direitos indígenas."

Flávio considera que, "embora o PL reconheça os direitos sociais da repartição justa e equitativa de benefícios decorrentes da exploração econômica dos recursos genéticos ou conhecimentos tradicionais associados, o Sistema ABS é regido predominantemente por uma lógica empresarial, atribuindo um caráter privatista a bens culturais de uso compartilhado ou difuso. Deste modo, ao eleger um provedor específico em meio a diversos detentores de um

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/2014

Brasília, 14 de novembro de 2014.

conhecimento compartilhado, o PL pode estimular de forma nociva a competitividade entre os povos indígenas. Nesse sentido, é de extrema importância, a garantia da repartição de benefícios de forma justa e equitativa entre co-detentores de um mesmo conhecimento ou de conhecimentos difusos".



Boletim de Notícias - Edição nº 206/2014

Brasília, 14 de novembro de 2014.

I Festival Nacional Curta Pensar prestigia produção indígena

SÍTIO MUSEU DO ÍNDIO, 13.11.2014

A comissão organizadora divulgou os concorrentes da Mostra Brasil em Rede, e 'Karioka', de Takumã Kuikuro, está entre os dez selecionados.

"KARIOKA" - 20 MIN, 2014, MT

Direção: Takumã Kuikuro

Realização: AIKAX e Museu do Índio – FUNAI

O I Festival Nacional Curta Pensar Filmes será realizado de 10 a 13 de dezembro de 2014, em Pintadas, na Bahia. É um evento que exhibe um amplo painel de produções cinematográficas brasileiras a partir das experiências com audiovisual dos produtores independentes. A programação consiste na realização de três mostras competitivas presenciais e uma mostra competitiva virtual, além de oficinas, rodas de conversa, apresentações culturais e shows musicais. Mais informações no [site oficial](#).

O festival é uma iniciativa do Ponto de Cultura Pensar Filmes em parceria com a Rede Pintadas - Associação das Entidades de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Pintadas e a Companhia de Artes Cênicas Rheluz.

[Conheça mais sobre o cineasta Takumã Kuikuro no Youtube.](#)

Jogos Indígenas Pataxó começam oficialmente nesta quinta em Porto Seguro
SÍTIO MINISTÉRIO DO ESPORTE, 13.11.2014



A cidade de Porto Seguro, na Bahia, recebe, de quinta a domingo (13 a 16.11), a oitava edição dos Jogos Indígenas Pataxó. Cerca de 700 guerreiros de 18 aldeias pataxós e de nove etnias brasileiras convidadas participam do evento esportivo da cultura indígena, patrocinado pelo Ministério do Esporte e inspirado nos Jogos Nacionais dos Povos Indígenas. O assessor de Políticas Esportivas Indígenas da pasta, Rivelino Macuxi, participa da cerimônia de abertura, às 16h30, na Arena Boca da Barra, local do evento.

Além dos pataxós, etnias baianas, entre elas os povos Pataxó hãhãhãe, Kiriri, Tupinambá e Tuxá, vieram com suas representações. Da mesma forma, os povos Maxakali (Minas Gerais), Koiupanká (Alagoas), Kuikuro (Mato Grosso), Baniwa (Amazonas) e Kayapó (Pará) também participam do evento esportivo. As delegações indígenas são composta por crianças, jovens, adultos e idosos, e ficarão hospedadas em escolas públicas municipais e estaduais da região.

O coordenador técnico dos jogos, Karkaju Pataxó, explica que a proposta do evento é o resgate da identidade cultural indígena por meio do esporte. "A conexão com as aldeias e a sociedade local garantem o respeito, a valorização e a afirmação da cultura do povo Pataxó", explica.

Serão quatro dias de atividades tradicionais (confira aqui a programação) e competições disputadas nas 10 modalidades indígenas: arremesso de tacape, zarabatana, corrida com tora, luta patxiw miwka'ay, corrida rústica, natação, arco e flecha, cabo de guerra, canoagem, corrida de maracá. O futebol (esporte não tradicional) será uma forma de integração entre os

CONT.



atletas índios e não índios. Dois amistosos serão disputados por duas seleções indígenas (masculina e feminina) que enfrentarão seleções composta por jogadores do município.

Também será realizado, no período da manhã durante os jogos, o 3º Encontro Patxôhã (da língua Pataxó), com fóruns de debates de questões relativas à causa étnica. A formação de professores pataxó e a criação do primeiro Instituto Atxôhã (de pesquisa Pataxó) serão debatidas pelos participantes. Está programada a realização de uma feira de artesanato (indígena e não indígena) em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas e Empresas (Sebrae). Haverá demonstrações de outras modalidades tradicionais e a realização do Desfile Cultura Viva, Pataxó. Nele, cada aldeia apresentará um casal de índios com pinturas e trajes típicos.

A expectativa de público da organização dos jogos é de cerca de 2 mil visitantes/dia, entre estudantes da rede pública, comunidade, turistas brasileiros e estrangeiros, que promovem em conjunto a integração e a socialização do pensamento e visão indígena sobre a história dos descendentes dos primeiros habitantes do Brasil.

Os 8º Jogos Indígenas Pataxó são uma iniciativa de lideranças da etnia coordenadora do evento. Além do ministério do Esporte, a edição de 2014 é promovida em parceria com o governo do estado da Bahia, Superintendência de Desenvolvimento do Esporte da Bahia e da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Cidadão, Instituto Federal de Ciências e Tecnologia da Bahia/Campus Porto Seguro, prefeitura de Porto Seguro, Sebrae e Veracel Celulose.

Confira a dinâmica das competições esportivas:

Arremesso de Tacape – Um atleta de cada aldeia fará o lançamento do tacape por três vezes. Será classificado o arremesso mais distante. Provas no masculino e feminino.

Jogo de zarabatana – O atleta de cada aldeia deverá assoprar a flecha à distância de 7 metros do alvo, tendo três oportunidades para acertá-lo e marcar pontos de diferentes numerações. Cada atleta traz sua zarabatana. Provas no masculino e feminino.

Corrida com tora - Dois atletas de cada aldeia correrão a distância de 200 metros e farão um revezamento de 100m x 100m. A melhor colocação é dada aos atletas que chegarem primeiro. Todos deverão usar os trajes típicos. Provas no masculino.

Luta patxiw miwka'ay – Será feita uma demonstração da luta corporal e seu significado ficará a critério das delegações e dos atletas a participação na demonstração. A atividade conhecida como o aquecimento feito pelos índios antes de tomar banho nos rios, ribeirões e mar, tem o significado de "luta do derruba toco."

Corrida Rústica – Participarão três atletas de cada aldeia. Vence quem ultrapassar primeiro a linha de chegada. O percurso será de 3 km. Provas no masculino e feminino.

Natação - Um atleta de cada aldeia nadará 200m de distância. A colocação será pela chegada de cada competidor. Provas no masculino.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/2014

Brasília, 14 de novembro de 2014.

Arco e flecha – Um atleta de cada aldeia fará 3 tiros num alvo a 25 metros de distância. O alvo conterà um círculo maior que equivale a 50 pontos, o médio, 100 pontos e o pequeno, 200 pontos. A pontuação será pelas somas da pontuação adquirida no lançamento das flechas. Todos terão que trazer seu arco e flecha. Provas no masculino e feminino.

Cabo de guerra (masculino e feminino) – Cada aldeia compete com oito atletas e dois reservas. A competição será cronometrada no tempo de três minutos; quem estiver levando vantagem quando acabar o tempo ganha. Provas no masculino e feminino.

Canoagem – Cada aldeia deverá ter um representante para essa modalidade, que fará um percurso de 200m no mar, remando em uma canoa ou caiaque, dividida em baterias por grupos. Provas no masculino.

Corrida de maraká - Cada aldeia corre com cinco atletas em um percurso de 150m em volta de um tronco. A equipe que finalizar primeiro ganha. Provas no masculino e feminino.

Carla Belizária

Ascom - Ministério do Esporte



Boletim de Notícias - Edição nº 206/2014

Brasília, 14 de novembro de 2014.

Documentário sobre conflitos em comunidades pesqueiras será lançado em Brasília
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.11.2014

"Vento Forte" aborda situações de ameaça que trabalhadores e comunidades sofrem pelo Brasil



Por Bruno Pavan,
Da Redação

Documentário organizado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), "Vento Forte" tem estreia marcada para o próximo dia 17, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília (DF).

O filme passou por 22 comunidades do Brasil e foi feito em conjunto com o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e com a produtora Arte e Movimento. Ele aborda os conflitos socioambientais e a negação dos direitos às comunidades pesqueiras pelo País mostrando como a agricultura empresarial, o turismo predatório, a pesca industrial e os grandes empreendimentos são responsáveis por isso.

A secretária executiva da CPP, Maria José Pacheco, alerta que o vídeo é um importante instrumento de luta política e alerta para os riscos do modelo neodesenvolvimentista traz para as comunidades tradicionais.

"Esse modelo passa por cima dos pescadores sem pensar em nada além do lucro. As empresas chegam e levantam resorts e portos ameaçando o sustento de milhares de pessoas. Inclusive já existem movimentos para privatizar águas públicas em diversas regiões. Esse momento é de luta para os pescadores e pescadoras e o vídeo contribui muito pra isso", explicou.

O lançamento contará com uma mesa de debate com a presença do secretário geral da CNBB, Dom Leonardo Ulrich Steiner, o presidente da Comissão das Pastorais Sociais da entidade, Dom Guilherme Werlang, a procuradora do Ministério Público Federal (MPF), Débora Duprat, e os integrantes do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Marizelha Carlos Lopes e Josemar Durães

Povos tradicionais relatam casos de violência e injustiças sociais que ocorrem no sul e extremo sul da Bahia

SÍTIO JORNAL ALERTA, 13.11.2014



Quilombolas e indígenas do sul e extremo sul da Bahia estiveram presentes na audiência pública que ocorreu na sexta-feira (31/10), às 8h30, na Reitoria da Universidade Federal da Bahia, uma audiência pública para tratar de questões sobre Povos e Comunidades Tradicionais e discutir ações políticas que permitam a elaboração de um novo modelo de desenvolvimento para esse segmento. As comunidades tradicionais são formadas por caboclos, caiçaras, extrativistas, indígenas, pescadores, quilombolas, ribeirinhos, entre outros povos. Cerca de 4,5 milhões de brasileiros fazem parte destes grupos atualmente, ocupando 25% do território nacional.

O encontro reuniu embaixadores, autoridades brasileiras e representantes de comunidades tradicionais da Bahia onde foram debatidas questões relativas à identidade, território, cultura, educação, saberes tradicionais, sustentabilidade e principalmente sobre meio ambiente. Promovido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Delegação da União Europeia no Brasil, com o apoio da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), o evento contou com as participações da embaixadora e chefe da delegação da União Europeia, Ana Paula Zacarias, da ministra da Áustria, Isabella Tomás, e representantes da Bélgica, Itália, Suécia, Eslovênia, Finlândia, entre outros países.

Sendo assim, tanto os indígenas tupinambás, pataxós e quilombolas do sul e extremo sul da Bahia questionaram as mesmas questões no que tange violência e injustiças ocorridas em seus territórios. "Uns dos pontos batidos nesta audiência foram às desordens ocorridas na região por órgãos do governo do estado que deveriam zelar pela ordem e defesas dos direitos constitucionais, além de terem dever de fiscalizar a lei, porém nem sempre isso ocorre. Pois as

CONT.



empresas da monocultura de eucalipto, fazendeiros invadiram as terras e juntamente com órgãos do estado nos oprime e cometem grandes injustiças para com todos nós”, disse ‘Moáh’. O ativista social, ambientalista, pedagogo e bacharel em direito, Valdeir Soares, é conhecido nacionalmente e internacionalmente pelo pseudônimo (MOÁH DA UNEGRO EXTREMO SUL) e estava presente nesta audiência. O mesmo foi convidado pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), que recentemente esteve na região fazendo visitas, averiguando algumas denúncias de perto.

Moáh salientou que as políticas públicas ainda não chegaram a sua região, pois quilombolas e indígenas sofrem muito ainda, com diversas injustiças sociais e principalmente com capital gananciosos: “A monocultura está nos matando, não somos contra ao desenvolvimento, mas, queremos respeito ao princípio da dignidade humana e à vida, que, infelizmente, não vem sendo respeitado, nem pelos órgãos do Estado, e tão pouco por aqueles que a seu ver deveriam defender tais direitos, porém, fazem ao contrário, nos oprimem com pressões psicológicas querendo que recuemos, mas, enquanto “viver lutarei por dias melhores em nossa sociedade”.

Moáh foi convidado pela delegação da União Europeia a ir aos países que estavam presentes na audiência, para fazer relatos junto aos mesmos e ainda será feito um convênio com a Fundação Padre José e Unegro Extremo Sul da Bahia, para que os direitos humanos dentre outros sejam respeitados.

A senhorita Ana Paula Zacarias, Chefe da Delegação da União Europeia no Brasil, disse que: “SE ACONTECER ALGUMA COISA COM ELES HOJE, O MUNDO VAI SABER”.

Portanto, diversas denúncias foram feitas no que se refere aos assuntos discutido tais como: ambiental, segurança pública, área empresarial, construção civil, empresas de monocultura de eucalipto, órgãos independentes, prefeituras, demarcações de terras locais, dentre outros, pois as comunidades quilombolas e indígenas da região pedem providências urgentes.



Delegado nega “briga por terra” e representa contra marido de indígena morta a facadas

SÍTIO DOURADOS NEWS, 13.11.2014

O delegado do 2º Distrito Policial de Dourados, Edmar Batistela, representou pela prisão de um homem de 38 anos, que há seis meses morava junto de Marinalva Manoel, 28, assassinada no dia 1º de novembro com 35 facadas. Seu corpo foi encontrado às margens da BR-163.

Segundo o policial, não existe hipótese neste momento do assassinato ter alguma ligação a qualquer conflito por terra na região.

“O principal suspeito é o companheiro dela. O boné utilizado por ele e reconhecido por testemunhas estava na casa da vítima, ele não compareceu ao velório e sumiu desde o crime. Então, não existe confronto por terra”, contou ao Dourados News nesta quinta-feira (13).

No dia 6 de novembro, a ONU Brasil Mulheres, uma ONG (Organização Não Governamental) distribuiu nota cobrando da Justiça investigações sobre a morte da liderança indígena.

Marinalva participou no dia 15 de outubro da comitiva que se reuniu com o poder Judiciário em Brasília a respeito de diversos assuntos, principalmente a agilidade na demarcação de terras, o que levou a organização a essa teoria.

Tapajós: a luta pelo rio da vida
SÍTIO FASE, 13.11.2014

Ameaçados por complexo hidrelétrico debatem seus direitos. Governo desrespeita direito constitucional e desmarca encontro



Mundurukus cantam e dançam na aldeia Waro Apompu (Gabriel Bicho/Greenpeace)

Ao saber da intenção do governo federal em construir um complexo de hidrelétricas ao longo da bacia do Tapajós, o movimento de resistência indígena Ipereg Ayu, formado por caciques, mulheres, jovens estudantes e guerreiros da etnia Munduruku, lançou um chamado para fazerem cumprir o direito à consulta prévia, livre e informada garantido pela Constituição brasileira e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A convenção estabelece que os povos que tenham seu patrimônio físico e cultural ameaçados por grandes empreendimentos hídricos tenham acesso a todas as informações sobre os impactos do projeto e que sua opinião seja ouvida em sua língua de origem, quando e onde quiserem, por representantes do governo. Antes mesmo do início do licenciamento das obras.

A lei, entretanto, vem sendo desrespeitada pelo governo brasileiro ao longo de sua história. Para citar exemplos recentes, as populações atingidas pela construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio (rio Madeira), ou Belo Monte (rio Xingu), nunca foram consultadas.

Assim, dez organizações se uniram ao Ministério Público Federal do Pará para atender à solicitação do movimento, que nasceu a partir da compreensão de que o Tapajós livre é fundamental para a manutenção da vida e da cultura do povo Munduruku.

Durante uma semana, o diálogo "Consulta prévia, livre e bem informada: um direito dos povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia" ministrou oficinas sobre a Convenção 169 em três comunidades que vivem às margens do Tapajós, na Amazônia paraense. A intenção é que se capacitassem sobre este direito e formassem um documento onde estabelecem de que forma querem ser ouvidos.

"Vejo com preocupação essa compreensão da Amazônia como fonte inesgotável de desenvolvimento. Que desenvolvimento é esse, que não considera os povos da floresta? Não

CONT.



queremos que se repita o caos social que se instalou em Altamira, com Belo Monte. Para onde vai a energia gerada por essas hidrelétricas?”, questiona Camões Boaventura, procurador da República do MPF-PA.

Depois de dois dias de conversas e reuniões traduzidas do munduruku ao português, os participantes produziram uma proposta de protocolo de consulta na qual expressam formalmente como e quando devem ser consultados. “Vamos dar até nossa última gota de sangue para que as barragens não sejam construídas. Vamos lutar como sempre fizemos”, sentenciava Paygo Muyatpu (Josias Manhuary), líder dos guerreiros Munduruku.

Índios e ribeirinhos: a mesma luta, o mesmo Tapajós

O segundo destino foi a comunidade de Mangabal, mais precisamente o povoado de Machado, onde uma das barragens está prevista para ser construída. Dezenas de moradores de Montanha e Mangabal participaram das oficinas, comunidades que há tempos têm suas terras ameaçadas pelos interesses de grileiros, mineradoras e madeireiros. Há um ano, entretanto, tiveram seu território garantido como Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE).

Muitos moradores dizem terem sido visitados pelo Diálogo Tapajós, projeto das empresas do consórcio interessado na construção do complexo hidrelétrico. Junto a guardas da Força Nacional, estes representantes teriam abordado e pressionado para que os moradores respondessem a um questionário, com assinatura no final, sob a ameaça de não serem ressarcidos, caso percam suas casas. “Quem é que não assina depois de ouvir isso? Não entendi nada, mas assinei”, justifica o agricultor Solimar dos Anjos.

“Já não houve consulta prévia, uma vez que o Governo Federal lançou edital para o leilão das hidrelétricas antes de ouvir qualquer grupo. Não foi livre, pois as famílias ribeirinhas já receberam visitas pressionadoras de consultores das empreiteiras interessadas no projeto. E não é informada, quando ninguém teve suas dúvidas esclarecidas”, pontua Dr. Camões.

Em dois dias de oficinas, conversas, relatos e troca de experiências fortaleceram o sentimento de união das comunidades. Ao final do trabalho, a comunidade também finalizou sua proposta de protocolo de consulta. “Me sinto respaldada. Foi importante saber de nossos direitos, agora estamos mais unidos e confiantes na luta contra as barragens”, disse a ribeirinha Tereza Lobo.

A última etapa foi na Aldeia Praia do Mangue, na cidade de Itaituba, Médio Tapajós. Na área vivem cerca de 130 Mundurukus. “Minha aldeia será completamente alagada. A gente não dorme mais. Fico pensando no futuro, como vamos sobreviver? Aqui está a nossa história, o nosso cemitério. Vai acabar tudo”, lamenta Juarez Saw Munduruku, cacique de Sawré Muybu, a aldeia mais atingida, onde hoje vivem cerca de 150 pessoas.

Encontro cancelado: desânimo e incerteza

Os documentos formalizados como resultado das oficinas, onde as populações estipulam, conforme a lei, como devem ser ouvidos, seriam entregues a representantes do governo

CONT.



federal em um encontro marcado para os dias 5 e 6 de novembro, na aldeia Sai Cinza, em Jacareacanga, Pará.

O governo federal, entretanto, mais uma vez desperdiçou a oportunidade de construir um processo democrático e inédito na história do país, dando continuidade a sua vexatória e desrespeitosa política social para com os povos tradicionais e indígenas. Às vésperas da data marcada, não só cancelou o encontro, como na declaração de Nilton Tubino, coordenador geral dos Movimentos do campo da Secretaria Geral da Presidência da República, afirmou que não atribui o direito de consulta prévia às comunidades ribeirinhas, por não se tratarem de população indígena.

Em recente petição, o MPF pede para que se cumpra a lei. “Que todas as comunidades tradicionais (sejam elas indígenas ou tribais) situadas na bacia hidrográfica em que se pretende a construção da UHE São Luiz do Tapajós, sejam consultadas, já que a Convenção nº 169/OIT já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal como uma norma de status supralegal”.

Em entrevista publicada pela BBC, o chefe da Secretaria Geral da Presidência, o ministro Gilberto Carvalho, foi enfático: “Não abriremos mão de construir Tapajós”.

Rio da Vida

Para os Mundurucu, Tapajós significa “rio da vida”. Com 795 quilômetros de extensão, a imensa massa de água azul-esverdeada é o último rio que ainda permanece livre dos empreendimentos hidrelétricos na Amazônia.

Cerca de 120 aldeias tiram sua subsistência de suas águas e de seus afluentes. Ao lutarem pela preservação do rio, essas pessoas lutam também por suas vidas.

“Nós humanos ainda podemos ser consultados, mas e os peixes, os animais da floresta e as aves? Eles não têm como dar sua opinião”, analisa Kababi Muy’bu, (Ademir Kaba), antropólogo formado pela Universidade Federal do Pará. Camões Boaventura resume um sentimento geral na região. “Vejo no olhar dos amazônidas o ressentimento em ter seus recursos naturais explorados para servir ao restante do país”.

Enquanto isso, as crianças de Waro Apompu, Machado e Praia do Mangue seguem nadando nas águas livres do Tapajós, onde as barragens pairam como ameaças cada vez mais próximas e reais.

Fonte de texto e vídeo: Greenpeace Brasil.

[Vídeo sobre as oficinas](#)

O diálogo “Consulta prévia, livre e bem informada: um direito dos povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia” é formado por integrantes do MPF e das organizações

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/2014

Brasília, 14 de novembro de 2014.

FASE, Artigo19, Tapajós Vivo, Movimento Xingu Vivo, International Rivers, Projeto Nova Cartografia Social, Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Amazon Watch, além do Greenpeace Brasil e Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (UFPA).



Cultura indígena em evidência no norte do Paraná; assista

SÍTIO FOLHA WEB, 13.11.2014

Valorizar a cultura indígena. Este é o objetivo da 1ª Mostra Cultural Guarani Nhandewa, que está sendo realizada até esta sexta-feira na Terra Indígena (TI) de Pinhalzinho, que fica entre os municípios de Tomazina e Guapirama, no Norte Pioneiro.

O evento reúne artesanato e costumes das tribos guaranis de Pinhalzinho, Iwy Porã, do município de Abatiá; Laranjinha, de Santa Amélia; e a São Jerônimo, de São Jerônimo da Serra. Colares de ossos e sementes, enfeites de penas para colocar no cabelo, cestos de palha, tudo está em exposição na aldeia e sendo comercializado aos visitantes que prestigiam a mostra. Além das belezas da cultura indígena, quem passa por lá pode ainda observar vários materiais arqueológicos que foram encontrados e coletados na T.I. Laranjinha.

Dança, música e artesanato fazem parte da cultura milenar dos índios. Com a proximidade das cidades e a necessidade de viver perto dos não índios, no entanto, muito desta cultura está se perdendo. De acordo com o cacique da T.I. Pinhalzinho, Sebastião Mário Alves, 60 anos, ou Mimbydjú em guarani, o objetivo do evento é mostrar que a cultura indígena está viva. "Esta também foi uma forma que encontramos para estimular o índio a produzir artesanato e fazer com que ele sinta orgulho desta tradição", complementa.

[Vídeo.](#)



Governo do Estado lança oficialmente Semana da Consciência Negra

SÍTIO PORTAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 13.11.2014



A Semana da Consciência Negra no Rio Grande do Sul teve abertura oficial na noite desta quinta-feira (13), no Palácio Piratini, com a presença de lideranças da comunidade, autoridades e convidados, em torno de apresentações culturais e artísticas dos movimentos negros. A Semana tem como objetivo dar visibilidade ao povo afrodescendente e divulgar ações para enfrentar o racismo e a violência sofrida por jovens negros.

Segundo a secretária da Justiça e dos Direitos Humanos, Juçara Dutra, a iniciativa referenda pactos, legislações e documentos assinados pelo Governo do Estado que estão comprometidos com a pauta da igualdade racial. "Institucionalizamos a participação dos movimentos representativos da população negra nas políticas públicas desenvolvidas pelo Governo específicas para essa etnia", disse.

O Rio Grande do Sul é pioneiro na valorização e defesa do povo negro. Em 2013, o Governo do Estado assinou o Pacto Contra o Racismo Institucional, que busca realizar ações de reconhecimento da contribuição dos negros na historicidade gaúcha através de medidas afirmativas. Esta política pública ficou sob a responsabilidade da Coordenadoria da Igualdade Racial da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos.

"A Semana da Consciência Negra foi dialogada e construída durante quatro meses de encontros e reuniões, agregando o poder público e movimentos sociais para um cronograma coletivo de atividades", afirmou a coordenadora da Igualdade Étnica e Racial da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, Eliane Almeida de Souza.

Eliane ainda destacou que é a primeira vez que o evento é realizado neste formato, agregando este conjunto de instituições com uma agenda coletiva, "o que representa a abertura de um

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/2014

Brasília, 14 de novembro de 2014.

espaço de diálogo e de entendimento sobre a importância de políticas ligadas ao tema, principalmente na relação Estado e sociedade civil”.

[Confira a programação](#)

As atividades foram organizadas por um Grupo de Trabalho específico, formado por várias Secretarias de Estado, prefeituras, Coordenadorias de Igualdade Racial e movimentos sociais.



DPU participa da Mesa de Controvérsias sobre Terra e Território
SÍTIO ADPETO, 13.11.2014

Representantes dos três poderes, da DPU, do Ministério Público Federal, dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais participaram da iniciativa, promovida pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

Com o objetivo de discutir a relação do direito à terra e ao território com o direito humano à alimentação adequada, na ótica dos Três Poderes e dos sujeitos de direitos, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) promoveu a Mesa de Controvérsias sobre Terra e Território, nos dias 4 e 5 de novembro, em Brasília (DF).

Durante os debates procurou-se, ainda, destacar medidas de promoção da segurança alimentar e nutricional, visando a suplantir a omissão do Estado em promover o direito social à alimentação, salvaguardado na Constituição Brasileira de 1988, desde a Emenda Constitucional 64/2010.

A Defensoria Pública da União (DPU) possui assento em comissões permanentes do Consea que tratam da apuração de denúncias e monitoramento das violações a esse direito fundamental, bem como na Comissão de Alimentação Adequada do Conselho Nacional de Direitos Humanos. De acordo com o defensor federal Claudionor Barros Leitão, secretário para Assuntos de Direitos Humanos da DPU, “a Defensoria Pública da União, como instituição essencial à Justiça, com o papel constitucional de defesa da sociedade, possui relevante atuação na defesa do direito fundamental à Alimentação Adequada, especialmente das comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais”.

A defensora federal Thaís Aurélia Garcia, membro do Grupo de Trabalho Segurança Alimentar da DPU, lotada em Foz do Iguaçu (PR), também esteve presente ao evento e afirmou: “enquanto os direitos fundamentais de segunda dimensão forem sonegados no Brasil, em especial o direito à alimentação, o exercício das liberdades restará inviabilizado, já que não se cogita de exercício da cidadania, sem que a pessoa humana se alimente adequada e suficientemente.

Thaís Aurélia Garcia disse ainda que, a despeito de o país ter deixado o mapa mundial da fome, “é preciso enfatizar a vinculação do acesso à terra com a garantia do direito à segurança alimentar, no que tange aos grupos vulneráveis, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, ciganos etc. Em casos emblemáticos como o da Região do Sapê do Norte, no Estado do Espírito Santo, a problemática da demarcação de terras das 39 comunidades quilombolas e a existência de conflitos fundiários ainda são as maiores causas da insegurança alimentar”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/2014

Brasília, 14 de novembro de 2014.

O defensor Claudionor Barros Leitão suscitou controvérsia a respeito do Decreto 4.887/2003, cuja constitucionalidade foi declarada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em favor da titulação da terra da comunidade quilombola Paiol de Telha, no Estado do Paraná. Ele disse tratar-se de um passo importante, ainda mais considerando a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, que tramita no Supremo Tribunal Federal.

Para os defensores, ficou assentado no evento que em uma sociedade tão plural como a brasileira é premente que seja tomada como prioridade a efetivação de direitos fundamentais e, ao abordar o direito social à alimentação, o monitoramento e as recomendações devem ser incessantes. Os participantes da Mesa destacaram também a relevância dos mecanismos de resolução extrajudicial de conflitos – mediação e conciliação – e da judicialização do conflito, com a qual os defensores presentes concordaram “ser inarredável, diante do insistente descumprimento e inércia do Poder Executivo”.

Ao final do encontro foram feitos apontamentos para uma agenda de trabalho pela presidente do Consea, Maria Emília Lisboa Pacheco. Além dos membros da DPU, a Mesa de Controvérsias sobre Terra e Território contou com a participação de representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público Federal, e da sociedade civil, com destaque para os representantes dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Assessoria de Comunicação Social Defensoria Pública da União



STF DETONA FALÁCIA DA "POSSE IMEMORIAL"

SÍTIO BLOG DO AMBIENTALISMO, 13.11.2014

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), desqualificando o argumento da "posse imemorial" dos indígenas, em uma disputa de terras no Mato Grosso do Sul, representa um duro golpe no arsenal ideológico-jurídico que tem proporcionado a orgia demarcatória promovida pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que tem tirado o sono – e, em muitos casos, as terras – de um grande número de proprietários rurais.

Na sessão de 16 de setembro, por três votos a um, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) deu provimento ao Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) 29087, reconhecendo não haver posse indígena em relação à fazenda de Avelino Antonio Donatti, no município de Caarapó, sudoeste do estado, que havia sido declarada pela União como área de posse imemorial (permanente) da etnia guarani-kaiowá, para integrar a Terra Indígena Guyraroká.

De forma emblemática, os ministros aplicaram o entendimento firmado pelo Plenário do STF no julgamento do caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (PET 3388), reformando o acórdão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que havia indeferido o mandado de segurança pedido por Donatti para invalidar a declaração da área como terra indígena, ocorrida em 2009.

O julgamento foi concluído com o voto do ministro Celso de Mello, que se alinhou à divergência aberta em sessões anteriores, no sentido de manter o precedente do STF no julgamento da PET 3388. Segundo ele, naquela ocasião foi estabelecida a data da promulgação da Constituição Federal como marco temporal para análise de casos envolvendo ocupação indígena – ou seja, seriam consideradas como terras indígenas as ocupadas por eles em outubro de 1988.

"A proteção constitucional estende-se às terras ocupadas pelos índios considerando-se, para efeitos dessa ocupação, a data em que foi promulgada a vigente Constituição. Vale dizer, terras por eles já ocupadas há algum tempo, desde que existente a posse indígena", afirmou (Notícias STF, 16/09/2014).

De acordo com Mello, o relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Guyraroká indicou que a população indígena guarani-kaiowá residiu na área em disputa até o início da década de 1940. Deste modo, considerou, "há mais de 70 anos não existe comunidade indígena na área, portanto não há que se discutir o tema da posse indígena".

O ministro considerou ainda que o Plenário do STF, no julgamento da PET 3388, estipulou uma série de fundamentos e salvaguardas institucionais relativos às demarcações de terras indígenas: "Tratam-se de orientações que não são apenas direcionadas àquele caso, mas a todos os processos sobre o mesmo tema."

CONT.



Na sessão de 9 de setembro, a ministra Cármen Lúcia já havia acompanhado o seu colega Gilmar Mendes na divergência com o relator do RMS, Ricardo Lewandowski, que, em junho, havia votado pelo desprovimento do recurso, alegando um suposto “genocídio” contra os indígenas (Questão Indígena, 9/09/2014).

Na decisão, Cármen Lúcia destacou que o seu voto era “mais consentâneo” com as salvaguardas fixadas no julgamento da PET 3388, e que não havia controvérsia quanto à inexistência de índios na região, naquela data: “O laudo afasta quaisquer dúvidas sobre a anterior ocupação indígena na região onde está o imóvel, adquirido em agosto de 1988 (...). Há mais de 70 anos não existe comunidade indígena na região.”

A ministra manifestou, ainda, o seu “desassossego” face às dificuldades de uma solução judicial que contemple os anseios da comunidade indígena e do produtor rural, “que, confiando na validade de título de domínio outorgado pelo próprio poder público, se vê ameaçado no que considera seu direito”. Para ela, o reconhecimento da “tradicionalidade” da ocupação indígena, neste caso, apenas pela posse imemorial, instauraria “um grave caso de insegurança jurídica a desestabilizar a harmonia que hoje gozam cidadãos até mesmo em centros urbanos que, em tempos remotos, foram ocupados por comunidades indígenas”.

Cármen Lúcia assegurou, entretanto, que a questão indígena não é ignorada pelo Poder Judiciário, “que não se distanciou de sua incumbência constitucional de analisá-la em profundidade, apresentando alternativas para construir soluções capazes de pôr fim a um conflito no qual não há vencedores, apenas vencidos, todos em situação de desagrado e desolação quanto a seus direitos, que nunca se vêem plenamente atendidos”.

Para o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Eduardo Riedel, o julgamento pode sinalizar uma guinada importante no tratamento da questão indígena: “A decisão do Supremo, inclusive com a indicação de compra de áreas por parte do Governo Federal, quando for o caso, para acomodar as comunidades indígenas, muda o eixo das discussões. Porque a maior necessidade dessas etnias é de políticas públicas concretas de apoio e suporte, as quais lhes garantam subsistência e autonomia, preservando suas culturas (DiárioMS, 18/09/2014).”

De fato, é das mais oportunas a decisão – há muito esperada – de se validarem os critérios da PET 3388 para a orientação das pendências jurídicas envolvendo as demarcações de terras indígenas. Inclusive, seria de bom alvitre que algumas demarcações ostensivamente espúrias efetuadas pela Funai, nos últimos anos, fossem devidamente revisadas, com base nesse entendimento.



Lideranças indígenas organizam passeata pela paz nas aldeias

SÍTIO ITAPORÃ NEWS, 14.11.2014

Lideranças indígenas realizam na manhã desta sexta-feira (14) na Aldeia Bororó, Reserva Indígena de Dourados, uma passeata pela paz nas aldeias. O foco principal do movimento é a luta pelo fim da violência contra as mulheres e crianças que tem feito parte do cotidiano dos moradores da região.

Segundo lideranças, a movimentação sairá do Cras (Centro de Referência da Assistência Social) da aldeia Bororó às 9h e seguirá até a rotatória principal de acesso a reserva indígena na MS-156, entre o município e Itaporã.

A violência contra mulheres e crianças tem sido constante nas aldeias de Dourados. No dia 1º de novembro, uma indígena foi assassinada com 35 facadas e o principal suspeito é o companheiro dela, com o qual morou seis meses. As investigações continuam e o pedido de prisão do rapaz foi encaminhado para a Justiça, que ainda analisa o caso.

Já no início da madrugada do dia 29 de outubro, uma indígena de 26 anos foi vítima de um estupro quando retornava do trabalho por volta da meia noite na entrada da Aldeia Jaguapiru. Na ocasião, ela foi abordada e depois violentada. No fim, acabou deixada às margens da MS-156.

Outro crime bárbaro registrado na aldeia Bororó foi no dia 07 de outubro, quando uma indígena de apenas nove anos foi estuprada por um grupo de pessoas, entre eles, homens e adolescentes que acabaram detidos pela polícia.

Dourados News



Problemas com bebidas motivam Audiência Pública em aldeia indígena

SÍTIO CORREIO DO LAGO, 14.11.2014

Foi realizada nesta semana na aldeia indígena Tekoha Añetete, de Diamante D'Oeste, uma Audiência Pública envolvendo autoridades de Santa Helena, do próprio município e da Itaipu Binacional.

Dentre os presentes, a promotora de justiça da Comarca de Santa Helena, Ana Claudia Luvizotto Bergo, que expôs aspectos legais envolvendo a comercialização e venda de bebidas alcoólicas para os índios.

Houve também a presença marcante dos líderes aborígenes das comunidades silvícolas de Diamante, que estão enfrentando muitos problemas relacionados ao alcoolismo e outras drogas.

A Audiência Pública foi na quarta-feira, dia 12 e o delegado de polícia de Santa Helena, Carlos Eduardo Pezzette Loro, também compareceu.

Algumas ações ficaram propostas entre as autoridades presentes e serão efetivadas para amenizar os problemas decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas, até por menores e anciões dos povos indígenas daquela região.

[Ata da Audiência Pública realizada na Aldeia Tekoha Añetete em Diamante do Oeste.](#)

Em passeata de 10 km, índios protestam contra violência e cobram autoridades
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 14.11.2014



Índios saíram do Cras da aldeia Bororó e marcharam até a rodovia entre Dourados e Itaporã (Foto: Eliel Oliveira)

Para protestar contra os casos de violência que apavoram uma população de 15 mil pessoas, índios das aldeias Bororó e Jaguapiru fazem manifestação na manhã desta sexta-feira em Dourados, a 233 km de Campo Grande.

Uma passeata iniciada no Cras (Centro de Referência de Assistência Social) da Bororó cortou quase toda a reserva até chegar à rotatória de acesso às aldeias, na rodovia MS-156, que liga Dourados a Itaporã. Foram pelo menos 10 km percorridos a pé.

De janeiro até o final de outubro, ocorreram 23 assassinatos e 107 casos de agressões, que incluem brigas, suicídios, espancamento e estupros. Uma dessas vítimas foi a menina de 9 anos de idade, estuprada por oito índios no dia 5 de outubro. Quatro adolescentes e cinco maiores de idade foram presos.

No dia 1º deste mês, outro caso de violência vitimando indígena teve repercussão nacional, embora tenha ocorrido fora da reserva. A líder kaiowá Marinalva Manoel, 27 anos, foi morta com 35 facadas próximo ao acampamento em que morava, na região sul da cidade. A polícia pediu a prisão do companheiro dela, único suspeito do crime.

O líder religioso Ezau Mamede, 42 anos, morador na aldeia Jaguapiru, disse que o objetivo do movimento é chamar a atenção das autoridades policiais e políticas. "A comunidade indígena de Dourados pede socorro. Não podemos mais conviver com tanta violência. As aldeias precisam de policiamento de verdade, todos os dias", afirmou ele ao Campo Grande News.

Segundo ele, atualmente existe um jogo de "empurra-empurra" quando o assunto é a violência nas aldeias. "Os moradores procuram as lideranças indígenas, que mandam procurar a PM e a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/2014

Brasília, 14 de novembro de 2014.

Polícia Civil, que mandam procurar a Polícia Federal e a Funai. Nós índios não suportamos mais esse descaso e falta de segurança”.

Mamede afirmou que a reserva de Dourados é mais populosa que muitos municípios de Mato Grosso do Sul e tem vários acessos, o que facilita a entrada de drogas e álcool. “É fácil entrar aqui a hora que quiser, por isso precisamos da polícia aqui”, afirmou.

O líder religioso criticou também as informações de que o estupro faz parte da cultura indígena. Os índios presos por violentarem a menina de 9 anos afirmaram que queriam apenas fazer a “feira”, uma prática em que vários índios pegam uma mulher à força para fazer sexo.

“Estuprar alguém, principalmente uma criança, não é da cultura indígena. Nossa cultura tem a dança, as pinturas, nossa tradição. Atualmente as aldeias de Dourados têm dezenas de indígenas com curso superior, pessoas informadas, estudadas, que conhecem as leis. Estupro é crime e não cultura”, afirmou Mamede.

Após a passeata, a manifestação se concentrou na rotatória da MS-156, mas Mamede informou que o movimento é pacífico e não haverá bloqueio da estrada.



Justiça Federal suspende licenciamento da Usina

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 14.11.2014

Da Assessoria

A Justiça Federal suspendeu o licenciamento da Usina Hidrelétrica Teles Pires, na divisa de Mato Grosso com o Pará, até que indígenas afetados pelo lago sejam consultados. A decisão foi assinada na última quarta-feira pelo juiz substituto Marcel Queiroz Linhares.

A decisão é de mérito, o que encerra a ação civil pública em primeira instância. As partes interessadas – Ibama e EPE (Empresa de Pesquisa Energética) – podem recorrer no Tribunal Regional Federal.

Segundo consta nos autos, o Ibama emitiu a licença prévia em 13 de dezembro de 2010 e a de instalação em 19 de agosto de 2011, sem a “consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas afetados”. Os povos citados na ação são kayabi, munduruku e apiaká.

Em março de 2012, a Justiça Federal já havia determinado liminarmente a paralisação das obras. No mês seguinte, entretanto, o Tribunal Regional Federal acabou suspendendo a liminar. Desde então o processo prosseguiu na primeira instância.

Segundo a ação do Ministério Público, tal consulta aos povos seria necessária porque o empreendimento causaria interferência direta nos povos indígenas, trazendo “danos iminentes e irreversíveis para sua qualidade de vida e seu patrimônio”.

O MP argumentou ainda que o Ibama era conhecedor das implicações, tanto que no Termo de Referência para a elaboração do EIA/Rima (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impactos ao Meio Ambiente) já constava uma série de exigências relativas aos impactos do empreendimento no modo de vida dos povos afetados.

Entre os impactos citados na ação civil pública estão a inundação das corredeiras do Salto Sete Quedas, área importante para os povos indígenas; aumento do fluxo migratório; especulação fundiária; desmatamento e pressões sobre os recursos naturais.

“Imponho aos réus obrigação de não fazer consistente no impedimento de prosseguir no licenciamento e nas obras da Usina Hidrelétrica Teles Pires até realização, pelo Congresso Nacional, de consulta aos povos indígenas afetados, Kayabi, Munduruku e Apiaká, tal como determina o art. 231, § 3º, da Constituição Federal”, escreveu o juiz federal. Em sua defesa, o Ibama afirmou que as licenças prévias exigidas foram devidamente cumpridas.



Cinco comunidades quilombolas mineiras aprovam território para regularização fundiária

SÍTIO CEDEFES, 14.11.2014

Quilombolas de cinco comunidades mineiras aprovaram, na primeira semana deste mês, os limites territoriais definidos nos relatórios antropológicos, em fase final de elaboração por empresas contratadas pelo Incra/MG por meio de pregão.

As comunidades que aprovaram os territórios reivindicados foram as de Inocêncio Pereira de Oliveira, Cercado e Pontal – todas no município de Paracatu, no Noroeste de Minas. Foram aprovados ainda os membros da Vargem do Inhaí e Mata dos Crioulos, localizadas no município de Diamantina, na região do Jequitinhonha.

O relatório antropológico é uma das peças que compõe o Relatório Técnico de Identificação e delimitação (RTID), documento essencial para a regularização fundiária de comunidades remanescentes de quilombos. Acesse [AQUI](#) mais informações sobre o processo de regularização de comunidades quilombolas.

Durante as audiências aos quilombolas foram explicados os procedimentos exigidos pela legislação em conformidade com a Constituição de 1988.

Em Minas Gerais, há 194 comunidades quilombolas com processos abertos para regularização fundiária. Vinte tiveram seus relatórios antropológicos concluídos. Destas comunidades, nove RTIDs foram publicados no Diário Oficial da União. Duas comunidades tiveram decreto presidencial de desapropriação por interesse social expedidos e estão em fase de desintrusão (desapropriação e retirada dos não quilombolas da área) para posterior titulação. Outras nove comunidades estão com relatório antropológico em elaboração.